

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : AMIR0054

DATA : 10 07 91

PG. : 02

Amazônia, missão para as Forças Armadas

L. DE A. NOGUEIRA PORTO

A Amazônia é uma imensa fronteira política e ecológica desguarnecida. Fronteira morta pela ausência de populações litorâneas, exposta, assim, a toda a sorte de intrusões indesejáveis, como o deslocamento para lá de migrações sulinas, empenhadas em abrir pastagens



mediante a derrubada da mata para a criação bovina extensiva, somada à ação predatória das madeireiras e da garimpagem.

A devastação resultante e os atentados às comunidades indígenas escandalizaram o mundo e a parcela responsável da sociedade nacional pela agressão que representa esse trauma ecológico à sobrevivência do planeta. Para o Brasil em particular, o problema assume contornos de segurança nacional, considerado o vazio demográfico da região e suas extensas fronteiras internacionais — o que em tudo favorece o narcotráfico, o contrabando e eventuais infiltrações guerrilheiras procedentes dos países vizinhos.

Em torno dele, reações de várias ordens se manifestaram e se acentuaram na última década, dentro e fora do País:

● A preocupação legítima, fundada em dados científicos, pelo futuro da saúde ambiental;

● A do ecologismo romântico, cedo desfigurado em alavanca eleitoreira de partidos políticos “verdes” que proliferam no Exterior e, por força de imitação cabocla, também intramuros;

● A dos beneficiários da exploração predatória, que encontraram recentemente reforço de um porta-voz governamental, apregoando que não é o verde da selva o pulmão do mundo, mas o azul dos oceanos, o que referenda o prosseguimento da devastação;

● A do nacionalismo xenófobo terceiro-mundista, em nome da soberania nacional, assanhado no País pela imaginária cobiça da Amazônia pelas potências do Primeiro Mundo.

Existe, entretanto, na preservação da Amazônia, um autêntico interesse nacional para cuja satisfação os recursos materiais, técnicos e humanos requeridos se revelaram fora do alcance das entidades da administração civil tituladas para implementá-lo. Desses recursos dispõem as Forças Armadas. Por isso, confiar-lhes essa missão guardiã importa no meio viável de corrigir os problemas político-ecológicos da região.

A magnitude do empreendimento está à

altura das corporações militares, cuja presença na Amazônia, aliás, já se manifesta por intermédio da Operação Calha Norte.

Afora aqueles recursos, o mero efeito intimidatório da participação dos militares, somado ao prestígio e autoridade moral de que desfrutam, bastaria para esgarçamento de indesejáveis invasores e, dessa forma, para assegurar o êxito do policiamento regional.

Além desse resultado, outro deve ser levado em conta: promover mais íntima integração das Forças Armadas na vida da sociedade civil e seu conseqüente fortalecimento no campo interno e no Exterior. Além do mais, é fácil avaliar o impacto de tal medida na preservação da Hiléia e das populações indígenas, e seu reflexo na recuperação da desgastada imagem do Brasil.

Um terceiro resultado político da medida proposta, a ser tomada em escala global, seria o policiamento da Amazônia, entendido no sentido mais amplo de nela marcar a presença brasileira no âmbito internacional, bem como na segurança de suas fronteiras contra os mencionados narcotráfico, contrabando e as previsíveis incursões de guerrilhas, acossadas pelas forças de segurança em seus países de origem.

□ *Luiz de Almeida Nogueira Porto, embaixador aposentado, é autor do Manual Prático da Diplomacia*